

VOZES DA RUA: significados do trabalho e das relações de trabalho dos catadores de materiais recicláveis

VOICES FROM THE STREET: meanings of work and employment relations of collectors of recyclable materials

Carlos Antonio de Souza Moraes*

O artigo apresenta um estudo acerca do trabalho e das relações de trabalho dos catadores de materiais recicláveis de rua em Bom Jesus do Itabapoana - RJ. Representa uma discussão da informalidade e das estratégias de sobrevivência (LAUTIER, 1993; 1994) pouco tratadas em campos profissionais das políticas sociais como a assistência social. Para tanto, trabalha com pesquisa bibliográfica e de campo, por meio de entrevistas direcionadas a 10 catadores. Seus resultados demonstram que estes trabalhadores dão continuidade às antigas formas de sobrevivência e marginalidade, visto que não possuem condições de responderem às atuais exigências (elevada escolaridade, qualificação...) do mercado de trabalho.

The article presents a study on work and employment relations of recyclable waste collectors on the streets of Bom Jesus do Itabapoana - RJ. It provides a discussion of informality and survival strategies (LUTIER, 1993; 1994), themes not much studied in some professional fields of social policy such as social work. The study included review of the literature and field survey in which 10 collectors were interviewed. Results show that these workers are keeping traditional survival and marginalization habits, as they cannot afford to respond to current labor requirements such as high school degree and qualification.

Palavras-chave: Trabalho. Informalidade. Catadores. Políticas sociais

Key words: Work. Informality. Collectors. Social policies.

Introdução

O artigo ora apresentado é fruto de uma dissertação de mestrado orientada pelo Professor Dr. Hernan Armando Mamani do Programa de Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense. Seu principal objetivo é estudar o trabalho e as relações de trabalho dos catadores de materiais recicláveis de rua no Município de Bom Jesus do Itabapoana - RJ.

O interesse pelo tema originou-se há seis anos, ao se perceber um número não negligenciável de catadores pelas ruas centrais da Cidade. Número que parecia retroceder

* Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense/Campos dos Goytacazes/RJ; Mestre em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense; Professor Assistente da Universidade Federal Fluminense/Departamento de Serviço Social de Campos/Campos dos Goytacazes/RJ; Membro pesquisador do Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa em Cotidiano e Saúde (GRIPES).

no momento da pesquisa de campo (julho de 2008), em função da mudança do preço dos recicláveis, a partir da crise econômica mundial, que demonstrava uma integração de Bom Jesus com as redes e fluxos econômicos contemporâneos.

Ao observar questões referentes a tal realidade, desenhamos uma problematização que envolve a economia, o setor informal e seus vínculos com a cidadania que, no Brasil, permitiram caracterizá-la como “regulada” (SANTOS, 1994). Além disso, representa uma discussão da informalidade e das estratégias de sobrevivência (LAUTIER, 1993; 1994) pouco tratadas em campos profissionais das políticas sociais como a Assistência Social.

Diante disso, pretendemos contribuir com um conhecimento sobre trabalhadores pobres em pequenos municípios, buscando compreender se a recente proliferação destes trabalhadores apresenta relação com as transformações no mundo do trabalho ou se é uma nova expressão da “velha marginalização” rural e de habitantes de cidades pequenas.

Para tanto, além de ampla pesquisa bibliográfica (com acesso a livros, revistas, jornais, sites), realizamos pesquisa de campo (sob uma perspectiva essencialmente qualitativa), optando por trabalhar com a amostragem não probabilística “bola-de-neve”. Selecionamos aquelas pessoas que apresentam as qualidades pesquisadas, solicitando aos próprios selecionados que nos indicassem outros que possuíssem as mesmas qualidades. Além disso, percorremos as ruas da cidade, realizando o que denominamos de “caminhada investigativa” a fim de encontrar e abordar os catadores para desenvolver o estudo.

O desenvolvimento pautou-se em entrevistas “orientadas” com atenção focada na experiência dos catadores e seus efeitos, direcionadas a 10 trabalhadores. Em complemento às entrevistas, trabalhamos com observação e diário de campo. Para este último, seguimos os critérios: local, dia, hora e entrevistado. Além disso, priorizamos o estilo “escrevendo enquanto participa” preservando o sentido original da fala, de forma que não se violasse a informação. Em paralelo, optamos pelo uso de máquina fotográfica e gravador (com a devida permissão dos entrevistados), a fim de registrar de forma mais fidedigna possível a realidade.

Esse tema e alguns de seus derivados são os principais focos deste artigo, que pretende, no primeiro momento, abordar as discussões teóricas em torno do trabalho na atualidade para, em seguida, analisar as configurações do trabalho e das relações de trabalho dos catadores de materiais recicláveis e, finalmente, refletir acerca de uma possível relação entre trabalho informal, catadores de recicláveis e políticas sociais.

Nossa preocupação está em oferecer um ponto de vista “alternativo” a partir do qual se possam avaliar circunstâncias da vida atual que vêm ocultando ao longo dos tempos, já que diz respeito a uma dinâmica que muitos preferem não ver. No entanto, há, em tal dinâmica, vida, que “às luzes da ribalta” (BAUMAN, 2005, p.15) proporcionará análises críticas por parte do leitor que as tornarão contextualizadas, compreendidas e

apreciadas. Neste sentido, este estudo deve ser lido como um convite a um olhar sobre um mundo supostamente familiar, que todos compartilhamos e habitamos, mas que se apresenta entrelaçado por questões pouco refletidas por nós cidadãos.

Trabalho e mercado de trabalho: o debate da atualidade

Ao longo dos anos a sociedade vem passando por profundas transformações econômicas, políticas e culturais. Neste contexto, as novas tecnologias apresentam um papel expressivo ao integrar aceleradamente os mercados, com transformações nos meios de transporte e comunicação, projetando as pessoas para dentro de uma realidade ainda mais globalizada (ARAÚJO, 1997). Entretanto, não existe uma relação de causa – efeito entre globalização e universalização do bem – estar, embora suas vantagens possam ser vivenciadas por algumas pessoas de alguns países desenvolvidos (Estados Unidos, Japão...), havendo um elevado número de exclusão daqueles desprovidos de capital e tecnologia. Ou seja, não há uma generalização do bem – estar, não são todos os membros das sociedades em processo mais desenvolvido de globalização que possuem acesso às inovações tecnológicas, a melhores condições de vida, visto que surgem consequências no que diz respeito ao mundo do trabalho, que se relacionam a um novo arranjo econômico, político e social (modo de regulação) formado a partir da crise estrutural de 1970¹.

Esse novo arranjo e suas consequência transformações propiciaram a retomada do controle social do capital, a partir da desvalorização da força de trabalho e fragmentação da classe trabalhadora (MACHADO, 2008), o que tem contribuído para redefinição das relações sociais a partir da década de 70 (PELEGRINO, 2006).

Nesse período (1970 – 1980) toma forma um novo regime de acumulação denominado por Harvey (1992) “Regime de acumulação flexível” (toyotismo). Tal flexibilidade perpassa pelo processo de trabalho, relações de produção, tipos de produtos, etc., diferentemente de toda a rigidez, a produção em massa, os grandes estoques... do modelo taylorista – fordista (LEMOS, 2001; MACHADO, 2008). E se o toyotismo, segundo Antunes (1999), tem sua produção (flexível) conduzida diretamente pela demanda, o que produz relações de trabalho flexíveis (BALANCO; PINTO, 2005), essas novas formas de gestão/organização do trabalho, produzem modificações que consubstanciam para Harvey (1992) no crescimento econômico e na expansão do setor terciário, tornando o mercado de trabalho mais heterogêneo e precarizado a partir da terceirização (que forma a maior parte da economia) e subcontratação.

¹ Esta que foi evidenciada a partir da crise do Petróleo, que muda o sistema de relações internacionais, a ótica da competição e cooperação entre nações, além do papel do Estado na ótica de provedor de bem-estar ter começado a atingir patamares de declínio (BURSZTYN, 2000).

Desta forma, no processo produtivo, há uma “aceleração do ritmo de vida” que torna habilidades tradicionais, obsoletas e desnecessárias, ao mesmo tempo em que a qualificação, sinônimo de conhecimento teórico, prático e multifuncional passa a ser uma exigência em crescente acentuação, na medida em que há a recusa ao trabalhador fortemente especializado.

Esta exigência atrelada ao discurso de criatividade, espírito de liderança, tomada de decisão, etc. são direcionadas ao trabalhador enquanto responsável por seu desemprego, além de apresentadas como condição para evitar vulnerabilidade. Caso ele não tenha estas e outras características/qualidades, corre (o trabalhador) um risco ainda maior de não conseguir conquistar um espaço formal no mercado de trabalho, podendo, em maior proporção, ocupar posições precárias quanto à estabilidade, salário, condições de trabalho e, conseqüentemente, de vida.

Por outro lado, há que se considerar que essas exigências contribuem para que ocorra um aumento quantitativo de mão – de – obra excedente, dividida em desempregados, subempregados, com regimes e contratos flexíveis, além do enfraquecimento do poder sindical. “A segurança do pleno emprego foi substituída pelo desemprego de tom perene”. (RAMALHO; SANTANA, 2003, p.12). Além disso, ocorre a tendência à terceirização e os empregos se tornam cada vez mais precários e desprotegidos.

Isto é, existem profundas transformações em relação aos processos de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, que não se desenvolvem de forma isolada, mas acabam, enquanto “fruto” de mudanças políticas, econômicas e culturais, acarretando conseqüências no que diz respeito ao trabalho, as relações de trabalho, ao processo de trabalho e interferindo na vida, ou seja, na totalidade de relações vivenciadas pelos homens.

Além dos trabalhos autônomos, das subcontratações, terceirizações, trabalho temporário, precarizado, informal, desemprego em massa, que caracterizam esses novos arranjos de trabalho, há que se agregar a tendência igualmente excludente, de transferir para a sociedade as responsabilidades alocadas antes à esfera estatal, havendo redução da ação reguladora, em especial, das funções legitimadoras do Estado.

Assim, há a perda da centralidade do trabalho assalariado, da cidadania salarial e o surgimento da chamada “nova questão social”. No entanto, OFFE (1989) ressalta outra dimensão deste debate: o fato de a sociedade não se mobilizar mais como no passado, em lutas relacionadas a conquistas trabalhistas, havendo a perda do potencial político e politizador do trabalho.

Cabe considerar, no entanto, que esse quadro “estimula” o crescimento do número de pessoas que se dedicam à necessidade de biscates e outras atividades precárias e mal remuneradas, sendo um indício de acentuação e expansão da pobreza e da informalidade.

Em relação a essa discussão, deve-se considerar que a questão da flexibilização das condições de inserção no mundo do trabalho vai muito além de se estarem perdendo

conquistas históricas por parte dos trabalhadores. O fato é que se está se perdendo algo teorizado, mas ainda incipiente no que tange a sua institucionalização, orientação e operacionalização em relação à grande massa populacional. Observam-se pessoas com baixa formação profissional, pouca participação política e frágil orientação social. E, dessa forma, torna-se mais fácil flexibilizar algo pouco efetivado, mas que é claro a uma parcela ainda pequena de homens trabalhadores.

Outro aspecto, é que muitos direitos, travestidos em políticas sociais, estão relacionados aos trabalhadores incluídos no sistema formal de trabalho, mesmo que em alguns países se tenha criado o seguro – desemprego, este pressupõe uma condição prévia de emprego. A regulamentação da previdência, as férias remuneradas e o descanso semanal relacionam-se aos empregados. E isso dificulta a realidade daqueles que não estão empregados, que participam dos circuitos econômicos marginais ou estão socialmente excluídos, como é o caso das populações de rua, dos sem – teto, dos catadores de lixo (BURSZTYN, 2000).

Há aqui uma relação de causa – efeito: o não pertencimento ao mercado de trabalho formal traz como consequência, e em maior probabilidade, o não acesso aos mecanismos de proteção social, que se tornam, cada vez mais, reduzidos, inclusive, entre os trabalhadores formais. E esta problemática se complexifica na medida em que se incentiva que a solução a tais situações está relegada à ação individual de trabalhadores. Ou seja, a partir do momento em que a sociedade se habitua a conviver com situações de extrema pobreza, falta de proteção social, “empurrando” as pessoas cada vez mais para a informalidade, em situações precárias de sobrevivência, a solução dos problemas fica, ainda mais, direcionada à ação individual (SOUZA, 1995). Além disso, não se pode deixar de considerar, neste contexto, as questões relacionadas ao clientelismo político, na medida em que a falta de acesso a mínimos necessários à sobrevivência do homem, faz com que alguns que possuem mecanismos facilitadores a tal acesso utilizem tais mecanismos em troca de favores, como por exemplo, o voto.

Diante do exposto, é relevante considerar que, se as transformações propagadas contemporaneamente no mundo do trabalho proporcionam maior comodidade, conforto e qualidade para uns, outros (a maioria) permanecem sem proteção social, em uma realidade precária, de pobreza e incertezas... Se a dinâmica dessas transformações se torna tão intensa ao ponto de umas profissões passarem a ser desnecessárias, enquanto surgem novos papéis e novas formas de atuação dentro do mercado de trabalho, o que podemos chamar por trabalho? Há uma definição que consegue abarcar tamanha complexidade, heterogeneidade? Qual sua relevância na sociedade atual? Ele se expressa enquanto categoria teórica e empírica principal na sociedade moderna? A ação protetora do Estado em relação à restituição da cidadania seria a alternativa mais plausível em um contexto de desemprego?

Independente da polêmica em torno da centralidade do trabalho, em que uns defendem a idéia de que ele perde a capacidade de organizar, estruturar e determinar

a vida social, como já demonstrado anteriormente (OFFE, 1989), outros argumentam que a saída seria a restituição da cidadania por meio de uma ação protetora do Estado (CASTEL, 1998). O que deve ser ressaltado é que o trabalho se apresenta enquanto necessidade. E essa necessidade se relaciona a variáveis diferenciadas, seja enquanto identidade e *status* do trabalhador (ZALUAR, 1984), em que se destacam as discussões acerca do reconhecimento, seja enquanto luta pela sobrevivência.

Sendo assim, há possibilidades de se afirmar a centralidade do trabalho na sociedade atual, pelo fato de haver uma relação social entre os trabalhadores, em que através do trabalho estes últimos estabelecem contatos, que geram, dentre outras coisas: prazer, sofrimento, reconhecimento, dignidade, acesso a serviços e meios básicos à sobrevivência do homem. Contudo, diante das transformações ocorridas no mundo do trabalho, havendo aumento do desemprego e o surgimento de uma “nova questão social” (CASTEL, 1998) os trabalhadores estão desenvolvendo novas possibilidades para garantir a sobrevivência e se tornando, como já ressaltamos, desprotegidos socialmente e distantes do que se concebe enquanto cidadãos.

Neste contexto de pobreza e desigualdades, muitos possuem acesso precários àquilo que lhes seria garantido por políticas sociais. Ou seja, suas atividades não lhes garantem a possibilidade de contratar serviços básicos (saúde, educação...) e, em muitos casos, estas atividades não são protegidas (em relação a direitos trabalhistas) pelo fato de estarem na informalidade.

Informalidade que está sofrendo um processo considerável de expansão. E quando se fala em defini-la, isso se torna complexo pelo próprio “caráter heterogêneo” da economia informal (LAUTIER, 1999), visto que ela não se limita a diversas atividades precárias, autônomas, nem a pequenas empresas não legalizadas, tampouco a trabalho assalariado não registrado.

Diante desta heterogeneidade relacionada à economia informal, vão pesar as diferentes realidades, experiências históricas e formações sociais em que ela se desenvolve. (LEMOS, 2001, p.13). Isto quer dizer que, perante todas estas formas contemporâneas de organização do trabalho, a questão da informalidade passou a mover-se em “uma fronteira pantanosa” tornando-se polêmica e complexa de definir.

Para Noronha (2003), é necessário, num primeiro momento, compreender o sentido atribuído à formalidade para, em seguida, detectar o significado da informalidade em determinado País². Este mesmo autor (2003, p.112) pode dizer que o entendimento popular destes tipos de trabalho no Brasil está relacionado à ordem jurídica. “São

² De acordo com Kowarick (1981), o tipo de emprego no Mercado Formal (MF) tem uma definição legal, existe a relação entre empregador – empregado, tende a ser um emprego estável e, assim, contínuo e regular, existe a carteira assinada, certo reconhecimento legal, onde os empregados passam a fazer jus aos direitos e deveres previstos na legislação trabalhista, além de salário mínimo, férias remuneradas e reconhecimento social. Mas não há no MF apenas este tipo de emprego. Já o Mercado Não Formalizado (MFN), segundo Kowarick (1981), caracteriza-se pela multiplicidade de padrões, ou até mesmo, o trabalho autônomo, há a falta de reconhecimento jurídico, a segurança da ocupação depende do trabalhador. Além disso, este mercado é instável em relação ao preço da mercadoria, seja ela a força de trabalho ou o próprio produto deste trabalho. A característica das relações de trabalho neste mercado é a substituição da proteção legal pela busca em criar laços de clientela com maior número possível de padrões.

informais os empregados que não possuem carteira assinada.”. Complementa que estas noções (formalidade e informalidade) foram construídas aos poucos no País.

Relacionada à ordem jurídica, a construção da noção de informalidade se refere à cidadania e ao direito social. Aludindo a esta noção, a informalidade, presente no mercado de trabalho brasileiro a partir de 1930, passa por profundas transformações (NORONHA, 2003). Se antes apresentava uma concepção transitória, passa-se à constatação de que é um fenômeno bem mais persistente do que se pensava (LEMOS, 2001).

É verdade que desde sua origem, a informalidade estava voltada para os setores desfavorecidos, proporcionando limites e condições para a integração econômica. Contudo, a ideia de que era algo transitório se esvanece, na medida em que há uma expansão desta atividade no momento atual.

Suisso (2006) ressalta que, atualmente, a informalidade recebe vários tratamentos, desde os que consideram o trabalho informal uma grave ameaça social, até os que o consideram uma salvação diante da nova realidade econômica. Independente do tratamento, ela possui algumas questões que necessitam receber uma abordagem reflexiva por parte do Governo e da sociedade de modo geral.

Relacionando economia informal ao exercício de atividades precarizadas, ela deve ser revista não apenas enquanto limites e condições para integração econômica, mas também social, por meio de políticas sociais que garantam o exercício básico de uma vida digna e que possam minorar percepções preconceituosas e estigmatizantes por parte da sociedade em relação aos trabalhadores de tal setor.

Para concluir esse breve panorama acerca do trabalho e do mercado de trabalho na atualidade ressaltamos que, como vimos, o processo de transformação pelo qual a sociedade passa, acaba propiciando o surgimento e expansão da informalidade. Esta que não se limita a atividades precárias exercidas autonomamente. Entretanto, neste estudo, estamos relacionando a informalidade a tais atividades que são realizadas, muitas vezes, com o objetivo de garantir a sobrevivência dos trabalhadores, conforme veremos a seguir.

Entre as ruas: o processo de trabalho dos catadores de materiais recicláveis no Município de Bom Jesus do Itabapoana - RJ

É inquestionável a diversificada contribuição social da reciclagem e, conseqüentemente, dos que atuam no circuito produtivo. Contraditoriamente, suas atividades são desvalorizadas no que se refere à cadeia produtiva e à própria sociedade. Mas, apesar da desvalorização simbólica, existem alguns aspectos atrativos para os trabalhadores, como por exemplo, a possibilidade de não ter horário, desenvolvendo a catação em qualquer hora e/ou dia que desejar, mas compreendendo que para se ganhar

mais, é necessário intensificar seu trabalho.

Em pesquisa realizada por Juncá (2004) constatou-se que a maioria dos entrevistados trabalha em tempo integral (o dia todo), mas existem os que trabalham em tempo parcial, em dias seguidos ou alternados. Já Azeredo et al. (2000) ressaltou, em estudo desenvolvido no aterro de Campos dos Goytacazes – RJ, que 75,5% dos trabalhadores possuem uma rotina de 8 horas de trabalho/dia, enquanto 14,3% de 6 a 8 horas e 10,2% de 6 horas. Ainda destacou o fato de desenvolverem suas atividades à noite com a claridade da lua ou acendendo fogueiras. De acordo com estas autoras (2000, p.58), a maioria dos catadores (61,2%) usa o domingo como dia de folga. Existem, no entanto, outros que preferem “rodá direto”.

Por não atuarem em um lixão ou aterro, os catadores de rua no Município de Bom Jesus não dependem da entrega do lixo por caminhões coletores para executar a “catação”. Mas as atividades do comércio da cidade são importantes, na medida em que a cidade passa a ter um movimento maior e algumas lojas ainda lhes oferecem materiais. Todavia, nos dias considerados “úteis”, a maioria trabalha nas ruas em turnos integrais:

Saio de manhã cedo. Começo segunda-feira de manhã cedo. Saio assim umas 6:00, 6:30 e volto assim onze e meia, meio dia já to de volta. Eu levo pra vender o que eu já catei ontem a noite no caso. Depois encho meu carrinho e venho embora. Aí chego aqui já reciclo tudo, separo, deixo tudo arrumadinho no carrinho, de manhã cedo levo tudo pra vender. Ou um pouco, às vezes vem muita coisa aí tem que levar aos pouco, o? Aí vou levando assim aos pouco, porque o caminhão deles lá não dá conta de ficar buscando na casa dos outro. Então eu vou levando devagar, aí vou levo o carrinho cheio, vendo lá e volto catando. Vou botando tudo junto dentro do carrinho, chega aqui que eu vou separar tudo, entendeu? Aí a noite eu volto de novo pra rua, todo dia da semana é assim (Depoimento de Sônia – nomes fictícios).

Alguns trabalhadores, por falta de horário específico, criam sua própria rotina de forma metódica, a partir de certa experiência com esta atividade, que lhes garante a sobrevivência; outros trabalham só no período da manhã, seja porque exercem outras atividades e a catação se apresenta como complemento de renda, seja por opção própria.

Sete e meia eu desço, né e vou vender. Na volta eu já passo também nos pontos que já tem material guardado pra mim. Mas se eu encontro também nas lixeiras, nas sacolas eu paro a carrocinha e complemento a minha carga, aí venho com uma boa carga e deixo separado tudinho. Aí é rapidinho. Aí eu tenho trinta minutos pra poder tomar banho, almoçar e vender picolé. Em torno de meio-dia e dez eu já to saindo com o picolé (Depoimento de Teresa).

Verifica-se que a luta pela sobrevivência está ancorada em atividades informais, precárias e que exigem, além do esforço físico, certo “poder” de comunicação capaz de

criar vínculos entre donos de lojas e casas de família, que passam a guardar materiais para esta catadora. Além da venda do picolé - que confronta diretamente vendedor-comprador exigindo do primeiro uma boa comunicação capaz, inclusive, de ampliar a rede de conhecimento possibilitando estabelecer laços para o desenvolvimento do trabalho - a entrevistada estuda no período noturno. Nas noites de sábado e domingo trabalha como cozinheira de um restaurante, mas sem carteira assinada.

Se por um lado, encontramos aqueles que sonham e o buscam dentro de suas possibilidades, um futuro melhor, outros, optam por trabalhar meio período, o que traz como consequência um rendimento menor, necessitando muitas vezes, de ajuda de vizinhos, familiares e igrejas na garantia do básico à sobrevivência, já que os catadores não desenvolvem outra atividade paralela a esta.

Em busca de ampliar nossas análises, vale a pena reconhecer que, com um ritmo de trabalho variado em que depende, sobretudo, do significado da atividade em sua vida, ou seja, se é para complementar renda ou garantia de sobrevivência, os catadores saem pelas ruas, na maioria das vezes, sozinhos e transitam empurrando seus carrinhos, em busca de materiais. Para tanto, se aproximam de lixeiras, latas, sacolas em busca do que reciclar, catando tudo que pode ser comercializado (papelão, vidro, latas, ferro, plástico, latinha, garrafa pet...). No entanto, neste processo de trabalho, o clima se apresenta como fator primordial, já que, em períodos chuvosos as dificuldades se ampliam, por trabalharem ao ar livre.

Depois da catação, o próximo passo é separar o material, colocando juntos os que são da mesma espécie (garrafa pet com garrafa pet, latinha com latinha...) para em seguida, transportá-los até o depósito e realizar a comercialização. Todavia, mais da metade dos entrevistados, explicou que para desenvolver este processo de trabalho, eles enfrentam algumas dificuldades.

O mais difícil é quando você não acha o material, né? Você roda e não acha o material. Tem aumentado os pessoal cada vez mais. Tem pessoas aí que é dono de empresa e tá catando também. Tem pessoa bem de família, de carro do ano que tá catando, aí atrapalha mucado. Pessoas aposentada tem muita gente aposentada ganha três, quatro salário e vai catando material na rua. Aí atrapalha nós trabalhar. (...) (Depoimento de Mateus).

(...) eu queria ver se eu conseguia comprar um carrinho né? Vou até ver isso pra mim, mas aí ele falou cinqüenta, fora a solda. Ah, agora não dá não. Dificuldade de carregar as coisas 'nas costa' (Depoimento de Graça).

(...) se eu tivesse um terreno pra mim ir juntano o meu material pra vender no fim de semana, pra mim seria melhor porque aí eu juntava mais quantidade. Porque o tempo que eu levo pra mim ir daqui lá levar de manhã cedo, se eu saísse daqui só pra catar e guardar lá

no terreno eu lucrava mais, entendeu? Ou se eu tivesse um carro de carroceria, por exemplo (...) (Depoimento de Sonia).

Se o catador recebe pela quantidade de material que seleciona, “quanto mais extrai, mais ganha” (SOUZA, 1995, p. 113) o seu colega de trabalho se apresenta como um concorrente, o que pode levantar a suspeita de que isso pode favorecer o isolamento entre os catadores, impossibilitando-os de se organizarem coletivamente.

No geral, as questões apontadas pelos entrevistados ficam restritas ao próprio contexto (o que eu tenho e poderia ter) ou dele em relação ao outro (caso da concorrência), mas ainda de maneira restrita aos próprios catadores, apesar de vivenciarem questões mais amplas, que demandam maior complexidade, como por exemplo, a falta de apoio público para realização de suas atividades, que não são citadas.

Por outro lado, alguns atributos como jeito, força, disposição, paciência, saúde, não ter vergonha na realização das atividades, bons relacionamentos, dentre outros, são destacados como qualidades que um catador deve ter para desempenhar seu trabalho.

Disposição, porque sem disposição não anima não. É sol, chuva... Jeito tem que ter força também, porque dependendo do carrinho é pesado, tem que subir morro para puxar. Tem que ter amizade também, saber fazer amizade com o pessoal (Depoimento de Mateus).

Ser desinibido, né? Ter paciência, né? Se alguém passar ali perto - Ah, ali a lixeira, ih, que coisa horrível ali, mexendo no lixo! - não fique com vergonha, bobice. Eu não dou nem ouvidos. Tem que ser desinibida, porque de repente você passa pertinho de pessoas que você jamais esperava te ver. Eu sexta-feira última eu deparei numa rua, né, num ponto onde eu mais arrecado material da pizzaria, um dos moradores, né, um oficial de justiça, que jamais esperava ver. Ele parou o carro e ficou esperando eu revirar o lixo. Aí, viu olhou o tipo de material que eu arrecadei, eu fechei a boca da sacola, botei tudo no lugar, ele afastou o carro. (...) ele tá apavorado, né? Ele não tá entendendo, as pessoas às vezes tem estudo e num entende o que leva alguém a levar um trabalho honesto (Depoimento de Teresa).

Ser desinibido é, portanto, característica relevante na medida em que é mencionada em um sentido amplo. Isto é, para que este trabalho seja desenvolvido, além de força, jeito, disposição que acabam sendo inerentes à própria atividade, é necessário ser desinibido, isto é, não ter vergonha do olhar, dos gestos ou de atitudes de outras pessoas em relação ao fazer, mesmo porque, estabelecer bons relacionamentos e ampliar o círculo de amizade é importante no desempenho do trabalho.

No entanto, por mais que eles afirmem não se importarem com as ações ou até mesmo, a falta de ação dos outros em relação a seu fazer, não se esquecem do ocorrido e conseguem descrever detalhes, demonstrando como diz Bauman (2003, p.7) que “as palavras tem significado: algumas delas, porém, guardam sensações”.

Sensações que são destacadas no segundo depoimento e que demonstram o estigma, por parte dos próprios catadores, ao relatar a possibilidade de ver pessoas conhecidas pelas ruas da cidade durante a catação, tendo que manter o desenvolvimento da atividade, sem sentir vergonha. Ou seja, há uma aproximação por parte destes trabalhadores entre o exercício da atividade e sentimentos de vergonha ou inibição.

Por outro lado, “*O arrecadamento financeiro*” (Depoimento de Teresa), a possibilidade de receber diariamente pelo trabalho realizado se apresentou como o que há de mais positivo no desenvolvimento do trabalho. *Não precisa ficar esperando todo mês* (...) “*Eu posso tá sem um centavo que se eu sair eu já volto com um dinheiro pra comprar um arroz, um açúcar.*” (Depoimento de Paulo).

Ao viver um dia após o outro, o dinheiro imediato se apresenta como fator de extrema relevância, capaz de garantir o alimento que está faltando e sanar momentos de fome. Contudo, assim como o rendimento vem em pouca quantidade, ele é gasto rapidamente, o que não permite, inicialmente, realizar planos futuros.

Mas, se por um lado, existe a liberdade na rotina de trabalho desenvolvida, em que o próprio catador opta por seus horários, dias, locais em que realizará as atividades, por outro, esta liberdade se torna ilusória, na medida em que seu rendimento depende da intensidade do trabalho.

Neste caso, houve aqueles que destacaram como positivo, no desenvolvimento de seu trabalho, a noção de que “*Ali eu pego, vendo, por minha conta*” (...) “*a gente é o próprio patrão da gente, né!*” (Depoimento de Graça).

Ainda existiram os que disseram não haver nada de especial no desenvolvimento de seu fazer e outro que ressaltou:

Às vezes acha alguma coisinha que a gente dá valor, costuma achar até cimento às vezes. Olha aí ó, aí que filtro show. Achei. Até passei sabão nele, mas não tá vazando. (Depoimento de Jorge)

A “sedução” exercida pela possibilidade de encontrar objetos é verificada na realidade destes trabalhadores, seja no aterro metropolitano de Jardim Gramacho (JUNCÁ, 2004, p.106) em que é possível encontrar roupas, calçados, utensílios domésticos etc., seja em Bom Jesus, quando um catador ressaltou o quanto é natural achar pertences não tão valiosos de outras pessoas: carteiras com documentos e dinheiro, celulares, cimento, dentre outros.

A possibilidade de encontrar pertences é algo positivo. No entanto, fatores como falta de incentivo do poder público, falta de proteção social, preconceito por parte da sociedade, dificuldades em encontrar materiais recicláveis nas ruas foram os mais apontados quando questionados acerca do que há de negativo no desenvolvimento do trabalho, apesar de quase a metade dos entrevistados terem dito gostar de tudo, sendo contraditórios, portanto, a alguns momentos anteriores, em que reclamaram, sobretudo, do preconceito que os catadores sofrem_o desempenharem suas atividades.

Entretanto, dos que destacaram questões negativas ressaltamos o seguinte:

O ruim é que você pode ter uma doença de repente e não ter recurso. Ficar doente sem recurso nenhum. Não tem ganho, não tem nada, aí é cada um pra si e Deus pra todos.

Há, neste depoimento, uma estreita relação com o que discutimos anteriormente. Isto é, os que estão incluídos nos circuitos econômicos marginais praticamente não possuem acesso aos mecanismos de Proteção Social. E, conforme Souza (1995) a solução a essas questões está cada vez mais direcionadas à ação individual.

Essas informações teóricas e práticas sinalizam para o fato de que a falta de proteção social aos trabalhadores do setor informal, vinculada à responsabilização individual por questões relacionadas à (falta de) emprego, que são decorrentes de macro transformações, necessitam ser refletidas no campo das políticas sociais, pelo fato de alijarem trabalhadores precarizados, contribuindo, ainda mais, para complexificação de sua qualidade de vida.

Além destas informações, cabe considerar que quase todos os entrevistados mantêm-se “fiéis” ao depósito em que vendem seu material. Apenas a Sr^a Graça, ora comercializa com um depósito, ora com outro. No entanto, a maioria dos entrevistados vende para o depósito mais antigo³, justificando da seguinte forma: “*Porque na época só tinha ele. Esse outro começo agora né! Então não posso trocar o certo pelo duvidoso*” (Depoimento de Mateus). Assim, por mais que pertençam a uma realidade instável, existe a busca de certa estabilidade em relação ao comércio do material, que acaba sendo construída, também, por meio do estreitamento das redes de contatos.

Na relação entre catadores e sucateiros, constata - se em alguns locais (como em Jardim Gramacho – RJ) algumas divergências em relação à fixação dos preços ou à pesagem dos materiais. Já no contexto bonjesuense, segundo os entrevistados, isso não é muito usual, na medida em que “*(...) eles são bom, trata a gente bem*”. (Depoimento de Paulo). No entanto, isso não anula a possibilidade de haver algum conflito em tal realidade: “*Até na hora que a gente vai vender a gente tem que ficar de olho, tem que ficar em cima (...) Tem muito explorador mermo*” (Depoimento de Graça).

Talvez, o que contribua para uma relação mais amigável no contexto local seja o fato de que a maioria dos entrevistados não sabe como os preços das mercadorias são fixados e nem questionam o motivo dos valores, o que os torna mais vulneráveis e menos conscientes de seu real papel no circuito da reciclagem.

As entrevistas mostram também que os catadores (os que sobrevivem desta atividade) se sentem prejudicados pela concorrência (comerciantes ou os que vendem material como forma de complementar renda), demonstrando insatisfação em relação à atividade desempenhada, na medida em que eles estão diariamente nas ruas, em ritmos

³ No momento da pesquisa de campo, identificamos que em Bom Jesus existiam dois depósitos principais: um há cerca de 12 anos e outro há menos de 03 anos.

mais acelerados de trabalho, possuindo certa experiência no ramo. Enquanto outros ou trabalham em períodos menos intensos as ruas ou nem para as ruas vão catar (caso de donos de estabelecimentos comerciais que vendem o material que pode ser reciclado). Nestes casos, há a sinalização de que é necessário um tratamento diferenciado entre os “vendedores” de materiais recicláveis para os depósitos, devendo-se privilegiar aqueles que se dedicam exclusivamente a esta atividade.

Curiosamente, nenhum dos entrevistados informou que não gosta de nada em seu trabalho atual, justificando que a flexibilidade de horários é o diferencial que permite tranquiliza-los. O que contradiz toda a abordagem apresentada anteriormente quando chamam atenção para fatores como: preço baixo dos materiais, preconceito, falta de incentivo do poder público, falta de proteção social, dentre outros. Até mesmo a ideia de a atividade possuir riscos não foi citada entre os fatores que eles não gostam em seu trabalho atual, apesar de a maioria reconhecer que podem ser contaminados por algum material cortante (como por exemplo latas de alumínio danificadas e sujas) ou sofrer algum acidente de trânsito, como se pode observar:

Num lugar de lixo pode ter caco de vidro, pode ter uma cobra lá dentro. Ah, qualquer coisa, ué. (...) (Depoimento de Luzia).

O risco que tem é a saúde, né? De sofrer um acidente também na rua, um motorista bêbado (Depoimento de Mateus).

O item acidente de trabalho, é reconhecido como o de maior “risco” entre os entrevistados, que pode, concomitantemente, gerar problemas de saúde e fazer com que as atividades de catação sejam interrompidas. Mas se por um lado, esta atividade gera riscos ao trabalhador, por outro, sua importância é valorizada, seja porque “*Dá um dinheirinho*” (Depoimento de Pedro), ou “*(...) porque eu to criando um contato maior com as pessoa, né!*” (Depoimento de Teresa) e até mesmo “*porque distrai minha cabeça (...)*” (Depoimento de Graça) e “*porque é limpeza urbana que evita de dar muito mosquito*” (Depoimento de Sônia).

Colheram-se depoimentos que, sob perspectivas diferenciadas, ressaltam a possibilidade da distração, da limpeza do ambiente urbano, de socialização, ampliação de contatos e da rentabilidade a partir da realização de seu trabalho. Esta última foi a mais citada quando questionados acerca do que esta atividade lhes proporciona.

Cabe considerar ainda que durante toda a pesquisa de campo, muitos eixos analíticos despontaram, seja em referência aos aspectos históricos da vida deste catador, seja em relação a seu trabalho e suas relações de trabalho na atualidade. No entanto, muitos destes eixos podem ser caracterizados como vantagens ou desvantagens relacionadas à atividade de catação, que, muitas vezes, vem se reproduzindo ao longo do desenvolvimento de seu fazer, demonstrando que questões do passado acabam se tornando ainda presentes em seu cotidiano.

Assim, se fatores como limpeza do ambiente urbano, rentabilidade, construção de redes de contatos/solidariedade são vantagens ressaltadas pelos entrevistados desde o início do exercício de catação - o tempo de exercício de trabalho permite que estes catadores ampliem seus olhares acerca das desvantagens, possibilitando-lhes identificar além do que já percebiam (concorrência e estigma), a possibilidade de que seu trabalho pode gerar riscos, inclusive, à sua saúde e que, caso isso ocorra, eles não desfrutam de nenhum mecanismo específico que lhes garanta algum tipo de proteção social. Percebem, também que, para aumentar os ganhos e diminuir os gastos, precisam de local para armazenar materiais ou um meio de transporte capaz de conduzir um maior volume de recicláveis.

Por outro lado, não se pode desconsiderar o que se tornou claro no desenvolver das entrevistas: ao explorar ruas, percorrer caminhos, trilhar quilômetros, garimpar materiais recicláveis, o objetivo maior do catador é a obtenção dos rendimentos a partir da atividade. No entanto, enfrenta preconceitos, riscos e concorrência. O que não impossibilita a ampliação de suas redes de contatos, ao desempenhar um trabalho honesto, que contribui para a sociedade, apesar de não possuir seu reconhecimento.

Quando ouvidos, estes trabalhadores, em alguns casos, permaneciam sem uma postura valorativa de seu trabalho e questionadora das dificuldades, talvez por receios em relação às consequências que poderia acarretar. Consequências que, para eles, poderiam ser atreladas diretamente a sua rentabilidade. Isto é, é possível refletir que, pela falta de um engajamento coletivo, de uma auto - valorização da atividade e sua função, da possibilidade de cobrar do setor público reconhecimento formal de seu trabalho, ou seja, um envolvimento para além da atividade em si, estes trabalhadores se tornam meramente executivos, que praticamente não levantam questionamentos acerca do que lhes prejudica, não compreendendo como funciona o circuito do lixo, o estabelecimento do preço das mercadorias, como se temessem o fato de perderem o pouco que já conquistaram, como por exemplo, a amizade dos sucateiros e possíveis benefícios adquiridos a partir deste relacionamento, por ambas as partes.

Finalizando, acrescentamos que essas análises permitem refletir o fato de que se torna difícil construir uma “cultura” de que é preciso reciclar e que um dos protagonistas desta ação é o catador, que precisa ser valorizado dentro e fora do processo produtivo, se suas ações não se sobrepõem à execução de atividades de forma individual e isenta de maiores questionamentos.

Políticas sociais, trabalho informal e catadores de materiais recicláveis

Os catadores constituem um caso bem específico de economia informal. Não é possível relacioná-los diretamente às mudanças recentes do mundo do trabalho, visto que suas trajetórias são economicamente “marginais”, em que poucos foram trabalhadores

protegidos, até porque, quando empregados, seus salários eram baixos, sendo obrigados a buscar outras maneiras de trabalho para garantir o mínimo à sua sobrevivência. Assim, cabe-nos efetuar algumas considerações sobre a relação destes trabalhadores com a política social. Acreditamos que mesmo que a experiência seja restrita a Bom Jesus, ela é expressão de um universo maior.

No caso específico, observa-se uma realidade em que há a proliferação de catadores de materiais recicláveis justificada, muitas vezes, enquanto luta pela sobrevivência e/ou melhores condições de vida, daqueles que apresentam baixos níveis de escolaridade e acabam, pela criatividade, dando continuidade a antigas formas de sobrevivência em condições precárias. Já que, como vimos, seu trabalho é realizado em situações climáticas adversas, em meio às ruas, ao trânsito intenso, em horários variados, estando sujeitos a múltiplas implicações a partir do exercício da atividade, apesar de não terem nenhum apoio público, mesmo gerando benefícios para a sociedade.

No entanto, a partir de questões mais amplas (a crise mundial), estes trabalhadores acabaram sendo “impedidos” (por tempo indeterminado) de realizar seu trabalho mesmo nestas condições precárias, estando sujeitos, principalmente aqueles que se dedicam exclusivamente a estas atividades, a não manterem o básico a sua sobrevivência e de seus familiares. Neste caso questionamos: a problemática inerente aos trabalhadores do setor informal não deveria ser tratada de maneira mais profunda, já que a informalidade passa a ser concebida como um traço característico, uma marca permanente de países como o Brasil?

Apoiado por uns, criticado por outros, o setor informal vem conquistando cada vez mais seu espaço na sociedade atual. No entanto, por outro lado, a partir de 1990, o discurso oficial de base de ação do Estado no social, não esconde a idéia de que a pobreza e a miséria constituem caracteristicamente a sociedade brasileira (THEODORO, 2000).

Ao assumir um papel de gestor, de acordo com Theodoro (2000), a palavra de ordem, por parte do Estado, é governar a miséria e reduzir conflitos. Entretanto, pode-se afirmar que, em relação aos catadores e muitos daqueles que estão na informalidade, nem isso vem acontecendo, já que a metade do grupo pesquisado não possui acesso a nenhum benefício assistencial do governo, apesar de alguns serem caracterizados enquanto população objeto de algumas políticas. Mas, como ressaltado por Behring e Boschetti (2008), os serviços e programas da Assistência Social atingem entre 15% e 25% da população que deveria acessá-los.

O que se percebe não são apenas a focalização e seletividade das políticas, mas uma focalização que não consegue evidenciar segmentos que estão no bojo de uma realidade refratária e geradora de processos e relações discriminadas. Discriminação que a própria seletividade desenvolve de modo restrito, inclusive entre aqueles que estão enquadrados em seus critérios, já que muitos acabam dependendo, por falta de ações públicas, da solidariedade dos demais membros da sociedade na garantia ao básico à sua

sobrevivência, conforme relata um catador: “*Cesta básica eu ganhei ontem que o vizinho dali de cima me deu*” (Depoimento de Pedro).

Com programas tímidos e residuais no âmbito da assistência e previdência, expressões objetivas da questão social se tornam ainda mais dramáticas para o catador, pelo fato do não acesso a partir de critérios altamente vexatórios ou por sequer obter informação/orientação acerca do que lhe é de direito, mesmo estando enquadrado nos critérios exigidos.

No entanto, quando questionamos aos catadores se poderia ser desenvolvida alguma política municipal que lhes fosse destinada e se apresentariam alguma sugestão, a maioria respondeu que “sim” e suas sugestões estiveram relacionadas ao seguinte:

Eu mesmo se tivesse condição organizava uma cooperativa, uma coisa qualquer. (...) Ainda mais cidade pequena igual isso aqui tem que ter um recurso, um lugar pra trabalhar melhor, uma organização melhor; dá um mucado de carteira pro pessoal fazer também. Dá não, contribuir para o INPS do pessoal. Aposentar ou encostar se for um caso necessário (Depoimento de Mateus).

Eu ouvi um comentário uma vez que o prefeito ia distribuir uma cartilha pra cada um, cada família separar os lixo da sacolinha. O que é lixo fica numa sacola o que é reciclagem ficaria na outra. (Depoimento de Sônia).

Diante destes relatos, percebe-se por um lado, uma preocupação em relação ao futuro, a falta de estabilidade, as dificuldades que podem encontrar se forem “impedidos” de exercer sua atividade. Apesar de haver depoimentos como: “*No dia de amanhã eu não sou de pensar muito não. Bati a cabeça no travesseiro e vou dormir (...)*” (Depoimento de Jorge). No entanto, a noção de que “*o pobre precisa ser ajudado*” (Depoimento de João) e que “*se os ‘tubarão’ não ajudar o pobre, o pobre ta morto pra vida*” (Depoimento de Paulo) é algo de relevância entre eles, na medida e, que buscam “*uma coisa segura*” (Depoimento de Teresa).

Todavia, ao expor a ideia de que precisam ser “ajudados”, os catadores bonjesuenses vão de encontro ao ideário do movimento nacional de catadores (desconhecido por muito deles), que objetiva além do reconhecimento legal da categoria no dia-a-dia, um novo espaço de trabalho, em condições mais dignas, como também, a garantia de alimentação, moradia e condições mínimas de sobrevivência, não como uma forma de ajuda, mas como um direito a ser conquistado pela categoria e implementado a ela.

Por outro lado, destacaram ações por parte do governo no sentido de mobilizar a consciência da população como uma política de esclarecimento acerca do verdadeiro sentido da reciclagem e dos trabalhadores que estão inseridos na cadeia produtiva.

Além desta possibilidade, a plataforma de Educação Socioambiental do Programa Coleta Seletiva Solidária do Instituto Polis de março de 2003, ressaltou quatro conjuntos

de estratégias⁴ para implementação de ações e programas de educação socioambiental, que serão adaptadas a este trabalho de acordo com a realidade Municipal. Neste caso, serão abordadas três estratégias imprescindíveis para o tratamento da temática: estratégias do poder público, do setor empresarial e direcionadas aos catadores.

No que se refere às **estratégias do poder público** pode-se ressaltar a necessidade de se elaborarem campanhas e materiais para divulgação acerca da reciclagem do lixo, por meio de uma abordagem porta-a-porta, além de escolas e demais locais públicos e privados, e até mesmo, serem trabalhadas em contas de luz e água, além de se poder utilizar a mídia. Havendo possibilidade ainda de organizar fóruns de discussão, cursos de capacitação, seminários e debates que possam discutir conceitos básicos, terminologias, assim como, as implicações e vantagens da reciclagem para o município, promovendo a definição de estratégias educativas, em parcerias com os catadores, de médio e longo prazo.

Além disso, há a necessidade de identificar melhor essa população para incluí-la em programas assistenciais. A partir do perfil traçado, pode-se ainda objetivar criar novas políticas voltadas a estes trabalhadores. Políticas que podem ser estimuladas e integradas entre as secretarias do município, a fim de compreender o catador em sua integralidade, mas que tomem por fundamento a possibilidade de se criarem melhores condições de trabalho. Pois, a partir de uma abordagem intersetorial, poder-se-á considerar todas as consequências das condições de trabalho atuais na vida do catador (saúde, educação, habitação, assistência, cultura...), tendo como foco de ação a possibilidade de se criarem mecanismos que possam contribuir para sua proteção, devendo para isso, realizar uma articulação entre os governos municipal e estadual. Por outro lado, pode-se apontar ainda a criação de uma assessoria voltada para questões trabalhistas.

Já as **estratégias do setor empresarial** aqui adotadas, incorporam não apenas as poucas empresas do Município, mas também, os próprios donos dos depósitos que compram material dos catadores.

No que se refere às empresas, há a necessidade de estimulá-las a realizarem pesquisas acerca do ciclo de vida de seus produtos, assim como de participar efetivamente da educação socioambiental na sua comunidade, envolvendo seus funcionários. Para tanto, há a necessidade de divulgar instrumentos que as habilitem como instituição social e ambientalmente segura.

Já em relação aos depósitos, com base nas informações colhidas na pesquisa de campo, sugeriu-se por parte dos entrevistados, a necessidade de os sucateiros valorizarem os catadores em situação ativa de trabalho. Uma alternativa a tal valorização seria a garantia de melhores preços dos materiais catados a estes que se dedicam integralmente à atividade em relação aos demais “vendedores” de lixo. Para tanto, podem utilizar o

⁴ Estratégias gerais, do setor empresarial, do poder público e direcionadas aos catadores. (Fonte: site: http://www.polis.org.br/obras/arquivo_213.pdf).

estudo proposto ao poder público, a fim de traçar um perfil destes trabalhadores, para tomarem tal iniciativa.

Neste caso, não há uma desvalorização do “vendedor” de materiais recicláveis, mas a valorização daquele que é uma das bases de sustentação da cadeia produtiva, que se dedica exclusivamente a esta atividade, sobrevivendo dela, e, como demarcamos, exercendo uma função social de sua ocupação que não é inerente apenas ao trabalho em si, mas trazendo contribuições para a sociedade de modo geral.

Por outro lado, vale a pena reconhecer que estes trabalhadores também devem desempenhar algumas estratégias (**estratégias direcionadas as catadores**), seja trocando experiências com outros trabalhadores de outras localidades, seja promovendo reuniões, grupos que possam discutir e participar das decisões no que diz respeito ao seu trabalho, assim como, obter contato com movimento nacional dos catadores, para que possam tornar-se conscientes acerca de seus direitos e deveres, além de terem clareza de seu papel na cadeia produtiva, desenvolvendo um olhar politicamente crítico em torno da catação. É evidente que essas são algumas alternativas à realidade identificada. Ações que não esgotam outras possibilidades e que podem ser reeditadas a partir de um debate entre os “setores” apontados.

Diante das informações apresentadas, ressalta-se a importância da articulação entre políticas sociais e trabalho informal, na medida em que este passa a ser, a partir da segunda metade de 1980, segundo Lautier (1994), um dos pilares da absorção e da reprodução da força de trabalho. No entanto, há a necessidade de se refletir acerca de cada política, estratégia e/ou ação implementada, a fim de se evitar ao máximo, possibilidades de clientelismo político, já que este último se torna mais presente a partir da descentralização político-administrativa em processo de implementação no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988.

No que se refere ao contexto particular de pesquisa, a possibilidade de se gerirem políticas e estratégias, devem ser acompanhadas por uma maior consciência dos catadores (acerca do circuito da reciclagem, do seu papel na cadeia produtiva, de suas conquistas históricas e de seus limites e possibilidades atuais), sujeitos – objeto de tais articulações, capazes de capacitá-los à participação social de forma crítica e a criação de mecanismos que possam torná-los empoderados na luta por melhores condições de trabalho que, certamente, contribuirão nas relações desempenhadas no e para além do exercício da atividade.

Considerações finais

Este estudo teve como propósito compreender se a recente proliferação dos catadores de recicláveis possui relação com as transformações no mundo do trabalho ou se é uma nova expressão da “velha marginalização” rural e de habitantes de cidades pequenas.

A partir das análises desenvolvidas, é possível inferir que, por um lado, o cenário de pesquisa encontrado aparenta estar despreparado para tantas transformações ocorridas no mundo do trabalho que acabam propiciando a flexibilização do trabalho e de suas relações, o aumento no número de trabalhos precários e desprotegidos socialmente e o surgimento da informalidade enquanto possibilidade de criação de novas estratégias de sobrevivência. Ao atrelar informalidade a atividades precárias, estas estratégias desenvolvidas pelos catadores acabam sendo objeto de preconceitos por parte da sociedade. Esta última, que cria padrões de normalidade capazes de depreciar os chamados “atributos impuros” do outro, tornando – o, segundo Goffman (1988), diferente, menos desejável e diminuído. Por outro lado, por não ter acesso a direitos trabalhistas, por desempenhar sua ocupação na informalidade, este trabalhador pode ser classificado como um “pré-cidadão”, visto que precisa comprovar seu estado de miserabilidade para se ter acesso a algum direito social.

É importante compreender ainda que os catadores estão inseridos em um circuito de reciclagem, em que são uma das bases de sustentação capaz de movimentar todo o processo produtivo ao realizar o trabalho mais árduo e precarizado. Processo que possui uma dinâmica própria e estabelece relações de dominação (implícitas ou explícitas) entre catadores, sucateiros e empresas de reciclagem. E que, ao mesmo tempo, sofre implicações, turbulências e instabilidades advindas da sociedade de forma geral.

Talvez algumas destas questões possam contribuir para a resposta acerca do número considerável de catadores pelas ruas da cidade de Bom Jesus, justificando assim, a proliferação destes trabalhadores em municípios pequenos. Fato que acaba aliado a uma realidade (por parte dos catadores) de continuidade às antigas formas de sobrevivência e marginalidade, não estando, porém, desvinculado das atuais transformações no mundo do trabalho, que traçam algumas exigências (qualificação, elevados níveis de escolaridade...) que muitos destes trabalhadores nunca possuíram possibilidade de responderem.

Ressaltam os que no caso específico, se observa uma realidade em que há a proliferação de catadores, justificada muitas vezes, enquanto luta pela sobrevivência e/ou melhores condições de vida destes que, por meio da criatividade, dão continuidade a antigas formas de sobrevivência em condições insustentáveis, já que seu trabalho é realizado em situações climáticas adversas, em meio às ruas, ao trânsito intenso e em horários variados.

Referências

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mendo do trabalho*. 4º ed. Campinas, SP: Cortez : Universidade Federal de Campinas, 1999.

ARAÚJO, L. M. S. *Trabalho, sociabilidade e exclusão social: o caso dos bagulhadores do lixo de Aguazinha*. Recife, 1997. Dissertação (Mestrado em Antropologia Cultural) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1997.

AZEREDO, V. G.; GONÇALVES, M. P.; JUNCÁ, D. *A mão que obra no lixo*. Niterói: EDUFF, 2000.

BALANCO, P.A.F.; PINTO, E. C. Dimensões do capitalismo contemporâneo: alguns aspectos do debate acerca do Estado-nação e do novo imperialismo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA, 33., 2005, Natal. *Anais...* Natal: ANPEC, 2005. v.1, p. 1-20.

BAUMAN, Z. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. *Política social: fundamentos e história*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BURRSZTYN, M; ARAUJO, C.H. *Da utopia à exclusão: vivendo nas ruas em Brasília*. Rio de Janeiro: Garamond; Brasília: Codeplan, 1997.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da Identidade Deteriorada*. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

HARVEY, D. *Condição pós – moderna*. São Paulo: Loyola. 1992.

JUNCÁ, D. C. de M. *Mais que sobras e sobrantes: trajetórias de sujeitos no lixo*. Rio de Janeiro, 2004. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/ FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2004.

LAUTIER, B.; PEREIRA, J. M. Representações sociais e construção do mercado de trabalho: empregadas domésticas e operários da construção civil na América Latina. *Cad. CHR.*, Salvador, n..21, p.121-151, jul./dez.1994.

_____. Informalidade das relações de trabalho e cidadania na América Latina. *Cad. CHR.*, Salvador, n. 18, p.5-48, 1993.

LEMOS, L. M. *As sociabilidades na informalidade: uma investigação sobre a interação de diferentes contextos sócio – organizativos no camelódromo em Campos*. 2001. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense, Centro de Ciências do Homem, Campos dos Goytacazes, 2001.

MACHADO, L. R. *Economia informal e mercado de trabalho: uma análise da informalidade no comércio do centro de Campos dos Goytacazes/ RJ*. Campos dos Goytacazes, 2008. Trabalho Final de Curso (graduação em Serviço Social) - Universidade Federal Fluminense, Departamento de Serviço Social Campos dos Goytacazes, 2008.

MOTA, A. E. *Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. São Paulo: Cortez, 1995.

NORONHA, E. G. Informal, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 53, p. 111 – 129, out. 2003.

OFFE, C. *Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1994.

PELEGRINO, I. de C. Trabalho informal: a questão das mulheres das favelas de Praia Rosa e Sapucaia. In: GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques (Orgs). *Cidade, transformações no mundo do trabalho e políticas públicas: a questão do comércio ambulante em tempo de globalização*. Rio de Janeiro. DP&A, 2006. Cap 2, p. 32 – 49.

SANTANA, M. A.; RAMALHO, J. R. *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003.

SANTOS, W. G. dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

SOARES, L. T. *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*. São Paulo: Cortez, 2000.

SOUZA, F. V. F. de. *Sobrevivendo das sobras: as novas formas de miséria urbana*. Rio de Janeiro, 1995. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Rio de Janeiro, 1995.

SUISSO, F. *Trabalho informal no Brasil Contemporâneo*. 2008. Disponível em: <<http://www.fdc.br/revista2006>>. Acesso: maio 2008.

ZALUAR, A. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Artigo recebido em: 1 ago. 2011

Aceito para publicação em: 20 set. 2011

